

Jornal da APESP

ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

EDIÇÃO ESPECIAL N. 100 NOVEMBRO 2021

Com as reformas administrativas federal e estadual,
governantes estigmatizam servidores públicos
pelas mazelas brasileiras



Passado e futuro

E escrever sobre o fim de uma gestão, falando do passado, das dificuldades, das frustrações e das conquistas ou falar sobre a próximo biênio, das expectativas, do que o futuro nos reserva? Eis a questão que me coloquei no momento da redação desse editorial, que já seria especial, por se tratar da edição de número 100 do Jornal da APESP.

Se os últimos anos para a Procuradoria do Estado de São Paulo, para nossos associados e para os servidores públicos foram extremamente difíceis, com pandemia, crise econômica, inflação, reformas previdenciárias e administrativas, para a Diretoria da APESP – eleita para comandar a entidade nos anos de 2020 e 2021 – foram, sobretudo, desafiadores.

Sabendo que a melhor maneira de prever o futuro é criá-lo, a APESP pôs e continuará colocando a mão na massa para levar aos seus associados o maior número de serviços possíveis, lutar contra e, se aprovadas, questionar todas as inconstitucionalidades praticadas nas malfadadas “reformas” aprovadas no Legislativo e, assim, evitar perdas de direitos e prerrogativas das Procuradoras e Procuradores do Estado de São Paulo, bem como construir a PGE que queremos.

Foi com esse espírito que nós criamos o Plano de Saúde da APESP, com serviços de extrema qualidade e que hoje beneficia mais de 630 pessoas, com ampla aceitação dos usuários. Também levamos aos colegas a maior rede de convênios do país e, hoje, mais de 700 colegas já adquirem viagens, vinhos, computadores, celulares, aparelhos eletrônicos, com preços mais competitivos. Da mesma forma, criamos cursos de línguas e mais de 100 associados reúnem-se de forma virtual para, semanalmente, aprender um pouco mais de inglês, espanhol, francês e italiano.

Tudo isso para construir um futuro em que nossa associação seja uma grande rede de serviços em prol de todos associados, não importa onde cada um resida. Com inovação e trabalho, vamos ampliar ainda mais o leque de serviços prestados e, em breve, vamos divulgar o novo seguro de vida exclusivo da APESP, além de convênios para Previdência Privada, seguro veicular e residencial.

Tivemos uma preocupação constante com a saúde e bem-estar dos nossos associados; por isso, além do projeto Escuta e do Projeto Bem-Estar APESP, vamos investir em serviços a melhorar a qualidade de vida de todos. Avançaremos cada vez mais na qualidade e na capilaridade dos cursos já oferecidos, com novos ambientes *on-line*, em uma plataforma criada para essa finalidade.

No campo institucional, o Diagnóstico da PGE foi o primeiro passo para a construção de um grande projeto de discussão do que desejamos para os próximos 20 anos. No projeto que denominamos *PGE 2032 – A PGE que queremos* vamos refletir sobre temas pendentes e que carecem de debates, como a forma de atuação da nossa instituição, a advocacia plena e o sistema remuneratório.

Vamos fomentar – de preferência com a volta dos encontros presenciais – o bom diálogo em um ambiente em que todas as ideias e desejos sejam respeitados e organizados para que tracemos metas para o futuro da PGE e da APESP, com o fortalecimento das nossas instituições e o reconhecimento da excelência de nossos associados.

A construção do nosso futuro já começou e no próximo biênio vamos consolidar e ainda colher mais e melhores frutos desse projeto que começou há dois anos.

Fabrizio de Lima Pieroni

PRESIDENTE DA APESP



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2020 | 2021

PRESIDENTE

Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENTE

Monica Maria Russo Zingaro Ferreira Lima

SECRETÁRIO-GERAL

José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA

Monica Petri Farsky

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS

Patricia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Amilcar Aquino Navarro

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES FORA DA CAPITAL

Clara Angelica do Carmo Lima

DIRETORA DE PRERROGATIVAS

Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR

Carlos José Teixeira de Toledo
Mara Christina Faiwchow Estefam
Marcelo José Magalhães Bonizzi
Marcos Fabio De Oliveira Nusdeo
Maria Regina Fava Focaccia
Mirna Cianci

CONSELHO FISCAL

Eduardo Bordini Novato
Luis Claudio Ferreira Cantanhede
Vanderlei Ferreira De Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis
(jornalista responsável – MTB 30.748)
C Tsonis Produção Editorial ME

FOTOS

Acervo APESP

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSE A VERSÃO ONLINE
DO JORNAL DA APESP NO SITE WWW.APESP.ORG.BR.

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 01/12/2021

Campanha #NomeaçãoJá: o interesse público não pode esperar!



O relatório de gestão fiscal do 2º quadrimestre de 2021 apontou que a despesa com gasto de pessoal do Estado de São Paulo correspondeu a 39,09% das receitas correntes líquidas – muito abaixo dos limites máximo (49%), prudencial (46,55%) e de alerta (44,10%) previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. O índice é 6% menor do que foi apurado no 1º quadrimestre, que foi de 41,53%.



Checado – consultamos a série histórica desse documento e apuramos que se trata novamente do 2º menor índice em comparação com os anos em que ocorreram grandes nomeações na PGE-SP:

- ✓ 2004 = 44,29% / número de nomeados = 120 (posse em 13/7);
- ✓ 2006 = 44,63% / número de nomeados = 115 (posses entre 17/2 e 24/6);
- ✓ 2010 = 38,44% / número de nomeados = 126 (posse em 22/5);
- ✓ 2013 = 43,32% / número de nomeados = 149 (posses entre 16/1 e 3/10);
- ✓ 2019 = 45,52% / nomeados = 103 (posses entre 11/5 e 13/7).
- ✓ A APESP defende não existir justificativa legal e orçamentária para que a nomeação de **TODOS** os 101 colegas remanescentes do concurso de ingresso de 2018 não ocorra imediatamente.

“Esses números são muito importantes. Os colegas do concurso de 2002 lembrarão muito bem. O limite prudencial foi a trava para que a nomeação só ocorresse em 2004. Hoje a situação do Estado está muito melhor. Temos o segundo melhor ano da série histórica e devemos melhorar ainda mais nesse índice, pois há um aumento natural das receitas de impostos decorrentes da alta da inflação enquanto os gastos com pessoal estão congelados”, frisa o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni.

#NOMEAÇÃOJÁ PGE-SP
O INTERESSE PÚBLICO NÃO PODE ESPERAR

CONFIRMADO:
no 2º Quadrimestre,
gasto de pessoal
do Estado está em 39,09%
das receitas líquidas –
muito abaixo do limite
prudencial de 46,55% .
Não há justificativa
para não se nomear novos
Procuradores do Estado!

#PGEessencial
#NomeaçãoJá

APESP

A nomeação de Procuradores não é gasto; é investimento!

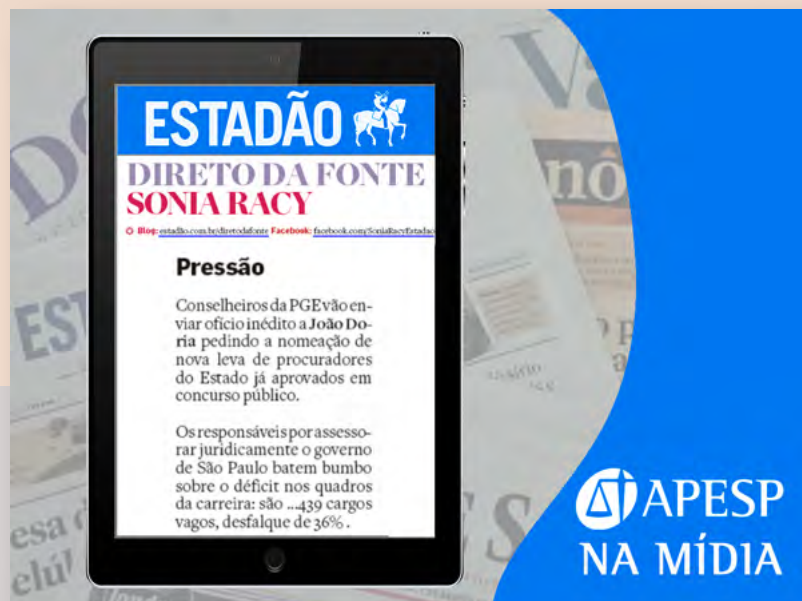
APESP na Mídia: Coluna Sonia Racy, do Estadão, repercute a campanha pela nomeação de novos Procuradores

A coluna da jornalista Sonia Racy, do Estado de S. Paulo, publicou em 2/10 nota sobre o envio de ofício ao Governador João Doria pela nomeação dos colegas remanescentes no concurso da PGE-SP. Confira a íntegra:

“Pressão

Conselheiros da PGE vão enviar ofício inédito a João Doria pedindo a nomeação de nova leva de procuradores do Estado já aprovados em concurso público.

Os responsáveis por assessorar juridicamente o governo de São Paulo batem bumbo sobre o déficit nos quadros da carreira: são ...439 cargos vagos, desfalque de 36%.”



Monica Petri Farsky e Fabrizio Pieroni com o Deputado Murilo Felix, em seu gabinete na ALESP.

APESP leva à Assembleia Legislativa a campanha Nomeação Já

O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, e a Diretora Financeira, Monica Petri Farsky, reuniram-se em 1º/7 na ALESP com diversos Deputados estaduais, dentre os quais: Ataíde Teruel (PODE), Murilo Felix (PODE) Tenente Nascimento (PSL) e Major Mecca (PSL). Nos encontros, a situação da PGE-SP foi debatida e a urgência de nomeação dos novos Procuradores teve apoio de todos os parlamentares. Ademais, outros assuntos de interesse da carreira foram tratados, em especial: i) a futura votação do orçamento do Estado; ii) a votação dos PDL's que visam sustar os efeitos do decreto que aumentou a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e iii) a necessidade do cumprimento pelo governo do envio do PL para autorizar a migração para a previdência complementar.

Com as reformas administrativas federal e estadual, governantes estigmatizam servidores públicos pelas mazelas brasileiras



Os servidores públicos têm desempenhado um papel essencial durante a pandemia da COVID-19. Os setores da saúde, segurança pública, educação e a Advocacia Pública destacam-se nessa luta para garantir acesso às políticas públicas essenciais ao enfrentamento dessa grave crise sanitária.

Apesar disso, a resposta dos governantes tem sido a pior possível, com a apresentação de reformas administrativas – nas esferas federal (PEC 32/2020) e estadual (PLC 26/2021: já aprovado e convertido na lei complementar nº 1361/2021) – com um viés apenas “fiscalista”, com a finalidade de diminuir despesas e aumentar receitas.

Todo esse movimento tira da “equação” um elemento fundamental: as reais necessidades da população brasileira. A seguir, publicaremos toda a mobilização da APESP para barrar ou, ao menos, aprimorar tais propostas.

Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprova relatório da PEC 32/2020

Em 23/9, o relatório do Deputado Arthur Maia (DEM-BA) sobre a PEC 32/2020 (Reforma Administrativa) foi aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, por 28 votos contra 18. Agora, a proposta seguirá para apreciação do plenário em dois turnos de votação.

O Presidente da APESP e Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio Pieroni, acompanhou a reunião *in loco*, dando continuidade à mobilização para garantir os direitos dos Procuradores dos Estados e do DF. “O texto aprovado fragiliza o instituto da estabilidade, permite ampla terceirização

das atividades públicas, como saúde e educação, favorece a redução de salários e jornadas, suprime direitos e promove degradante desvalorização dos servidores, além de, injustificadamente, reduzir a remuneração de servidores afastados, inclusive para tratamento de doença familiar ou em licença capacitação. A PEC em nada contribui para o combate à corrupção. Ao contrário, fragiliza as instituições do serviço público e a própria Advocacia Pública e, consequentemente, a defesa do erário em juízo e o controle da legalidade e legitimidade dos atos administrativos”, registra Pieroni.

Abaixo, no quadro comparativo entre pontos negativos e positivos, é possível constatar que os retrocessos são muito mais abundantes:

Pontos positivos	Retrocessos mantidos
 Inclusão da Advocacia Pública como carreira exclusiva de Estado;	 TERCEIRIZAÇÃO - Permite a terceirização ampla de atividades e contratação de pessoal para prestação de serviços públicos por entidades privadas, exceto para as atividades privativas de cargos exclusivos de Estado;
 Retirada do vínculo de experiência e da ocupação dos cargos de liderança e assessoramento por terceiros;	 REDUÇÃO SALARIAL - Permite a redução salarial com redução de jornada em até 25% no caso de superação do limite de despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, definido em lei complementar (LRF). Tal norma se aplicará a todos servidores, atuais e futuros. Contudo, estabelece que a lei dará "tratamento diferenciado" para cargos exclusivos de Estado;
 Manutenção da estabilidade para todos os servidores.	 DEMISSÃO - Permite a demissão do servidor estável em caso de lei definir o cargo como desnecessário ou obsoleto (aplicável aos futuros servidores), e que poderá ser objeto de regulamentação por medida provisória;
	 TEMPORÁRIOS - Permite a contratação temporária de servidores pelo prazo máximo de 10 anos, mesmo para atividades-fim. Não há, expressamente, vedação de contratação temporária para atividades exclusivas de Estado, nem há impedimento de tais contratações para exercício de funções antes desempenhadas por servidores demitidos em razão da "obsolescência" ou "desnecessidade" do cargo;
	 REGULAMENTAÇÃO POR MEDIDA PROVISÓRIA - Amplia a possibilidade de regulamentação das normas gerais sobre pessoal por medida provisória, vedado o instrumento apenas para dispor sobre a redução salarial e demissão por excesso de despesas;
	 SUPRESSÃO DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS - Vedações para atuais e futuros servidores: acaba com os seguintes benefícios para administração pública direta e indireta, nos níveis federal, estadual e municipal, incluindo membros dos tribunais e conselhos de contas (exceto membros do Poder Judiciário e do Ministério Público): a) férias superiores a 30 dias; b) adicionais por tempo de serviço; c) aumento de remuneração ou parcelas indenizatórias com efeitos retroativos; d) licença-prêmio, licença assiduidade ou outra licença por tempo de serviço; e) aposentadoria compulsória como punição; f) adicional ou indenização por substituição; g) parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e critérios de cálculo definidos em lei; e h) progressão ou promoção baseadas exclusivamente em tempo de serviço. Assegura regra de transição para atuais servidores e empregados que sejam titulares das referidas vantagens até a data de entrada em vigor da EC; todavia, estabelece que essa garantia aos atuais servidores não constituirá óbice à revogação da legislação.
	 PRECARIZAÇÃO DO DIREITO ADQUIRIDO - Afeta o direito adquirido dos atuais servidores que podem ser alcançados pela revogação das vantagens acima referidas;
	 AFASTAMENTOS E LICENÇAS - Os afastamentos e as licenças do servidor por prazo superior a 30 dias não poderão ser considerados para fins de percepção de remuneração de cargo em comissão, de função de confiança, de bônus, de honorários, de parcelas indenizatórias ou de qualquer parcela que não se revista de caráter permanente. As parcelas indenizatórias instituídas apenas em ato infralegal serão extintas após dois anos da data de publicação desta Emenda Constitucional.

Confira como votaram os Deputados Federais por São Paulo na Comissão Especial:



SIM	NÃO
- Coronel Tadeu (PSL-SP) - Kim Kataguiri (DEM-SP) - Henrique Paraíso (Republicanos-SP) - Roberto Alves (Republicanos-SP) - Samuel Moreira (PSDB-SP) - Alex Manente (CIDADANIA-SP)	- Paulo Pereira (SOLIDARIEDADE-SP) - Alencar Santana (PT-SP) - Rui Falcão (PT-SP) - Ivan Valente (PSOL-SP)

Corpo a corpo

Desde o início do ano legislativo, mesmo com as restrições impostas pela pandemia, a APESP manteve uma intensa agenda de mobilização na Câmara dos Deputados relativa à Reforma Administrativa, que incluiu audiências com os relatores da proposta na Comissões de Constituição e Justiça e Especial. Conheça o passo a passo:

► **19/03/2021** – O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, e da ANAPE, Vicente Braga, mantiveram uma videoconferência com o Deputado Fabio Trad (PSD-MS).

► **23/03/2021** – Os Presidentes da APESP, Fabrizio Pieroni, e da ANAPE, Vicente Braga, reuniram-se com a Deputada Soraya Santos (PL-RJ), membro titular da CCJ da Câmara dos Deputados e Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública;



Audiência com o Vice-presidente da Câmara, Deputado Marcelo Ramos



Com o Deputado Alencar Santana



Com os Deputados Erika Kokay e Paulo Teixeira



Com a Deputada Alice Portugal

► **25/03/2021** – Os Presidentes da APESP, Fabrizio Pieroni, e da ANAPE, Vicente Braga, participaram – juntamente com entidades representativas dos Advogados da União e Defensores Públicos (esferas estadual e federal) – de uma videoconferência com o Deputado Darci de Matos (PSD-SC), relator da 32/2020 na CCJ;

► **25/05/2021** – O Presidente da APESP acompanhou a sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na qual foi aprovado o parecer do Deputado Darci de Matos (PSD-SC) pela admissibilidade da Reforma Administrativa (PEC 32/2020);

► **25/06/2021** – A ANAPE e demais entidades nacionais da Advocacia Pública elaboraram uma nota técnica sobre a Reforma Administrativa, que foi entregue aos membros da Comissão Especial. O documento apontou quatro ameaças principais à Advocacia Pública presentes na PEC: a) limitação do instituto da estabilidade no cargo público; b) ausência de definição ou de critérios de definição das carreiras típicas de Estado; c) ingresso por meio do “vínculo de experiência”, que, pela configuração da PEC 32/2020, assume feições de extrema precariedade e d) ampliação da possibilidade de ingresso de pessoas não aprovadas em concurso público nos órgãos da Advocacia Pública (acesse a íntegra em bit.ly/NotaTecnicaPEC32);

► **09/07/2021** – Findou-se o prazo para apresentação de emendas à PEC 32/2020 na Comissão Especial, com apenas 45 propostas de alteração no texto obtendo o número mínimo de apoio. A APESP e ANAPE, em conjunto com diversas entidades de servidores públicos, trabalharam pela inclusão de 7 (sete) emendas de interesse dos Procuradores dos Estados e do DF, conseguindo as 171 assinaturas necessárias.



Dia intenso com os Deputados Arthur Maia, Israel Batista, Samuel Moreira, Rogério Correia e Lincoln Portela.

“Atuamos muito para obter esse apoio e alcançamos um grande êxito. No prazo final, em pouco mais de 24 horas, conseguimos 184 assinaturas para a nossa sétima emenda. Para se ter uma ideia da dificuldade, na Reforma da Previdência foram apresentadas 277 emendas”, explica Pieroni.

As emendas colocaram em discussão no âmbito da comissão pontos para aprimoramento da PEC em relação à Advocacia Pública: teto 100, inclusão constitucional da Advocacia Pública como carreira típica, exclusão do vínculo de experiência para as carreiras de Estado, exclusividade de cargos de liderança para ocupantes de carreiras típicas, demissão apenas em caso de trânsito em julgado e vínculo jurídico próprio destinado aos ocupantes das carreiras das funções essenciais à Justiça.

Os Deputados que apoiaram as propostas foram Lincoln Portela (PL-MG), André Figueiredo (PDT/CE), Fausto Pinato (PP/SP), Darci de Matos (PSD/SC) e Capitão Wagner (PROS/CE);

► **17/08/2021** – O presidente da ANAPE, Vicente Braga, participou de audiência pública realizada pela comissão especial da Câmara dos Deputados;

- **01/09/2021** – O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, acompanhou a leitura na Comissão Especial do parecer do Deputado Arthur Maia (DEM-BA) e reuniu-se com os seguintes parlamentares: Arthur Maia (DEM-BA), relator da matéria na Comissão Especial; Professor Israel Batista (PV-DF), Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), Samuel Moreira (PSDB-SP), Rogério Correia (PT-MG) e Lincoln Portela (PL-MG);
- **14/09/2021** – O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, e o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes, mantiveram contatos com os Deputados Alencar Santana (PT-SP), Alice Portugal (PC do B – BA), Erika Kokay (PT-DF) e Paulo Teixeira (PT-SP);
- **23/09/2021** – O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, encontrou-se com os Deputados Renildo Calheiros (PC do B-AL), Alessandro Molon (PSB-RJ) e com o Vice-presidente da Câmara dos Deputados, Marcelo Ramos (PL-AM).



Videoconferência com o Deputado Darci de Matos

A “toque de caixa”, PLC 26/2021 foi aprovado na ALESP; texto foi convertido na LC nº 1361/2021



*Sessão que aprovou o PLC 31/2021.
Foto: José Antônio Teixeira/ALESP*

Após aprovação, na noite de 19/10, do PLC 26/2021, foi publicada em 22/10 a Lei Complementar nº 1.361, que altera diversos dispositivos referentes aos servidores e que foi tratada pela imprensa como a Reforma Administrativa Estadual.

A APESP atuou desde o primeiro momento, apresentando duas emendas (leia no *box* da página seguinte). Junto com as demais entidades do FOCAE-SP, também apresentou emenda para autorizar a migração para a previdência complementar.

O texto faz diversas alterações no regime de trabalho e remuneração de servidores, mas traz poucas mudanças para os integrantes da carreira de Procurador do Estado. A principal é a supressão da possibilidade de abono de faltas e a redução do número de faltas injustificadas ao trabalho.

Não obstante a oposição dos servidores, o projeto foi aprovado a “toque de caixa” e nenhuma emenda em benefício dos servidores foi acolhida”.

APESP apresentou duas emendas em prol dos servidores públicos no PLC 26/2021

Em 10/8, o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, e o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes, trabalharam intensamente na Assembleia Legislativa para apresentarem duas (2) emendas importantes para os servidores públicos no PLC 26/2021. A mobilização foi bastante exitosa, mas infelizmente as propostas não foram contempladas no texto final. A Deputada Adriana Borgo (PROS) acolheu integralmente as emendas apresentadas pela Associação, que visam:

- ampliar o prazo de licença paternidade de 5 para 20 dias, reconhecer a licença parental de 180 dias no caso de relação familiar homoafetiva e ampliar de 120 para 180 dias o prazo de licença-gestante para servidoras não-estatutárias, conforme jurisprudência assente no TJ-SP (Nº 191 – acesse a íntegra em https://bit.ly/Emendas191_192);
- permitir a conversão da licença prêmio em pecúnia no momento da aposentadoria e/ou do falecimento (Nº 192 – acesse a íntegra em https://bit.ly/Emendas191_192).

A Deputada Marina Helou (REDE), que já apresentaria uma emenda ampliando o prazo da licença paternidade, encampou em apartado a proposta de aumento do prazo para a licença parental (Nº 206 – acesse a íntegra em <https://bit.ly/Emenda206>).

O FOCAE-SP, entidade integrada pela APESP, apresentou por intermédio do Deputado Alex de Madureira (PSD) emenda para autorizar a migração para a previdência complementar (Nº 178 – acesse a íntegra em <https://bit.ly/Emenda178>).

Mérito da proposta

Confira os pontos de destaque, positivos e negativos, da nova reforma administrativa estadual:

- i) a implantação da bonificação de resultados, vinculado ao desempenho institucional, que **não se aplicará aos integrantes da carreira de Procurador do Estado**;
- ii) a supressão da possibilidade de abono de faltas;
- iii) a criação da Controladoria Geral do Estado, órgão vinculado diretamente ao Governador do Estado, que tem por finalidade a adoção de providências necessárias à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, às atividades de ouvidoria, à promoção da ética no serviço público e ao incremento da transparência da gestão no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado. **Foram preservadas as atribuições da Procuradoria Geral do Estado** previstas no artigo 99 da Constituição do Estado e que também exercerá as atividades de consultoria e assessoramento jurídico junto ao novo órgão.



Com a Deputada Adriana Borgo

- iv) **autoriza a PGE-SP a indicar servidores públicos estaduais para atuação, sem prejuízo de suas funções e de sua jornada de trabalho, como assistentes técnicos nas ações judiciais de nossa competência;**
- v) a possibilidade de instituição de sistema de compensação de horas para os servidores públicos;
- vi) a revogação do benefício de salário-esposa;
- vii) a redução do número de faltas injustificadas ao trabalho que podem ensejar a demissão do servidor para mais de quinze dias consecutivos ou mais de vinte dias úteis intercalados;
- viii) a simplificação dos procedimentos disciplinares de pequena ofensividade, preservando as competências da PPD;
- ix) o estabelecimento do termo de ajustamento de condutas e criação de um modelo de procedimentos disciplinar restaurativo, com adoção de práticas autocompositivas, não exclusivamente punitivas, para solução de conflitos de natureza disciplinar;
- x) a alteração do sistema de apuração de faltas disciplinares – sem alterar a LOPGE;
- xi) a regulamentação da possibilidade de concessão de abono de permanência em percentuais diferentes, a depender dos cargos e da necessidade de retenção de servidores, tal como definido na Reforma Previdenciária. Porém, preserva o seu valor para aqueles que recebiam essa vantagem na data da publicação da LC 1354/2020 (7/3/2020);
- xii) a alteração da nomenclatura do cargo de Agente Fiscal de Rendas para Auditor da Receita Estadual;
- xiii) fim da conversão em pecúnia, no momento da aposentadoria, da licença-prêmio não gozada para aqueles servidores que tinham esse direito.

Em decisão histórica, TJ-SP dá provimento total à apelação da APESP no caso do plano de saúde AMAFRESP

O TJ-SP concedeu em 21/9, por unanimidade, provimento à apelação, decorrente de ação ajuizada (processo nº 2115793-94.2016.8.26.0000) pela APESP contra a exclusão de seus associados do plano de saúde AMAFRESP. A decisão, que já transitou em julgado, reverte o resultado negativo em 1ª instância (processo nº 1051969-72.2016.8.26.0100).

“Amigos associados, trago em primeira mão uma notícia sensacional, que esperávamos há muito tempo: foi dado provimento à apelação da APESP no caso da AMAFRESP, com procedência total de nossos pedidos e a manutenção da vida de mais de 300 colegas nesse plano de saúde”, comemorou Fabrizio Pieroni, Presidente da Associação, em mensagem de vídeo enviada da Câmara dos Deputados, onde se encontrava para acompanhar a tramitação da Reforma Administrativa.

“Trata-se de uma vitória muito grande da APESP, fruto de um trabalho árduo de reversão do julgado contrário aos nossos interesses em 1ª instância. Foi uma decisão belíssima, que entrará para a história da jurisprudência dos planos de saúde no Brasil. Agradeço aos nossos advogados e aos colegas que participaram dessa conquista”, continuou Pieroni.

Destaque-se que nos últimos 5 anos, a APESP despachou e distribuiu memoriais para os três relatores e todos os Desembargadores da 9ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP.

Passo a passo da vitória

26/11/2015 – antes de tomar posse para a gestão do biênio 2016/2017, o então presidente eleito da Associação, Marcos Nusdeo, foi convidado por seu antecessor para participar de uma reunião em que tomou conhecimento de que a AMAFRESP teria sido notificada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para desligar de seu plano de saúde os associados da APESP. Na ocasião, ficou acertado que a APESP e AMAFRESP agendariam uma reunião com os dirigentes da ANS para tentar solucionar essa questão, na qual também estaria

presente o Diretor de Previdência e Convênios, José Luiz Souza de Moraes, a ser empossado;

9/12/2015 – na reunião de transição, os Diretores eleitos para o biênio 2016/2017 voltaram a abordar esse assunto, afirmando ao então Presidente da APESP, Caio Guzzardi, que era muito importante a rápida designação de reunião com a ANS e a veiculação de informação aos associados vinculados a esse plano de saúde;

Como não havia nenhum pedido de audiência formalizado, a nova Diretoria da APESP – assim que tomou posse – passou a insistir com a AMAFRESP para que houvesse a expedição de ofício conjunto à Agência Nacional de Saúde – ANS para designação de audiência, quando seria exposta a situação dos associados da APESP, especialmente o inquestionável direito de permanecerem nesse plano de saúde, considerando a existência de ato jurídico perfeito;



4/2/2016 – o então Diretor de Previdência e Convênios, José Luiz Souza de Moraes, manteve uma reunião com a ANS, no Rio de Janeiro, para apresentar um pedido administrativo de reconsideração pela permanência dos associados da APESP no plano de saúde AMAFRESP. Contudo, os dirigentes da referida Agência foram bastante categóricos em não concordar com a solução que lhes foi apresentada, sob a justificativa de que este seria um plano de autogestão voltado exclusivamente aos Fiscais de Renda e que não poderia ter entre seus beneficiários Procuradores do Estado. Foi Moraes que participou da primeira reunião com o escritório contratado para a causa e, posteriormente, em outras diversas ocasiões;

20/2/2016 – o então Presidente Marcos Nusdeo defendeu na Assembleia da AFRESP os direitos dos associados da APESP de permanecerem no plano de saúde AMAFRESP. Contudo, os Fiscais deliberaram suprimir a existência de sócio previdenciário advindo de entidade conveniada;

22/2/2016 – a APESP realizou reunião com os seus associados vinculados ao plano de saúde AMAFRESP para discutir e deliberar as providências necessárias para debater as medidas administrativas e judiciais que deveriam ser adotadas para salvaguardar os direitos dos associados;

23/5/2016 – a APESP ingressou com a ação nº 1051969-72.2016.8.26.0100 contra a exclusão dos seus associados do plano de saúde AMAFRESP. A tutela antecipada foi indeferida;

9/6/2016 – a APESP interpôs agravo contra decisão do juiz de 1º grau que havia indeferido a tutela pleiteada na referida ação judicial. Em face da decisão favorável do Tribunal, a AFRESP ficou impedida de excluir os associados da APESP, seus dependentes e agregados do plano de saúde AMAFRESP;

30/8/2016 – o juiz Rodrigo Cesar Fernandes Marinho, da 4ª Vara Cível - Foro Central Cível, julgou improcedente a ação proposta pela APESP;

21/9/2016 – a APESP ingressou com recurso de apelação (processo nº 2115793-94.2016.8.26.0000) e requereu a concessão de efeito suspensivo, nos termos do artigo 1012, § 4º, do Novo CPC, que foi deferido até o julgamento da apelação;

22/9/2021 – A 9ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP concedeu, por unanimidade, provimento à apelação, decorrente de ação ajuizada pela APESP contra a exclusão de seus associados do plano de saúde AMAFRESP;

25/10/2021 – A decisão transitou em julgado.

BEM-ESTAR APESP

Parle, Hablo, Parlo e Speak: cursos de idiomas da APESP são um sucesso



O programa Bem-estar APESP, lançado em março de 2020, ampliou as opções de cursos de idiomas oferecidos aos associados com o lançamento de turmas de francês, espanhol, italiano - além de incrementos no ensino da língua inglesa.

“Procuramos diversificar para além da temática jurídica, proporcionando aos alunos um aprendizado de noções básicas de vários idiomas, que serão muito úteis nas nossas viagens ao exterior após a pandemia”, registra Rosely Sucena Pastore, Diretora Social e Cultural da APESP.



Inglês

Os cursos de inglês são divididos em quatro turmas: *Travel* (situações de viagens), *Real Life Situation* (vivência diária), *Action* (discussão sobre filmes, músicas e seriados) e *Internacional Arbitration* (jurídico).

Bacharel em Direito, a Professora Letícia Martelli é certificada pela IUSLAW pela realização do Curso "U.S. Legal Methods: Introduction to U.S. Law" (2017), por Cambridge nos exames ILEC – *International Legal English Certificate* (2017) e CPE – *Certificate of Proficiency in English* (2009) e formada por Cambridge no curso CELTA – *Certificate in English Teaching to Adults* (2007).

Francês

O curso básico de francês é ministrado pela Professora Cecília Cardoso, que é formada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Kursou especialização em *Civilisation Française* na Universidade de *Sorbonne* e é graduada em Nancy I, II e III pela Aliança Francesa, na qual lecionou por cinco anos.

Espanhol

Nascida em Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, a Professora Maritza Velez é a responsável pelo curso básico de espanhol. Velez lecionou por 20 anos no Centro de Cultura Anglo Americana (CCAA) e atualmente ensina dos níveis iniciais aos avançados e preparatórios para o exame de proficiência DELE - Diplomas de *Español como Lengua Extranjera*.

Italiano

A professora do curso básico de italiano, Rosangela Andrioli, é formada em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-graduada em Psicopedagogia Clínica e Escolar pela Universidade São Marcos (UNIMARCO). Foi professora por 16 anos no Colégio Dante Alighieri e possui especialização em didática na língua estrangeira pela *Università di Siena*, na Itália.



Professora Letícia Martelli

INSCRIÇÕES
PELO TELEFONE
(11) 3293-0800
ou pelo e-mail
fbonifacio@apesp.org.br.

GOOD MORNING

CURSOS DE INGLÊS:
TRAVEL, REAL LIFE
SITUATION, ACTION
E INTERNACIONAL
ARBITRATION

APESP



Professora Maritza Velez

INSCRIÇÕES
PELO TELEFONE
(11) 3293-0800
ou pelo e-mail
fbonifacio@apesp.org.br.

YO HABLO ESPAÑOL

BUEN DÍA
HOLA

CURSO
BÁSICO DE
ESPAÑOL

APESP



Professora Rosangela Andrioli

INSCRIÇÕES
PELO TELEFONE
(11) 3293-0800
ou pelo e-mail
fbonifacio@apesp.org.br.

IO PARLO ITALIANO

BUONGIORNO
TI AMO

CURSO
BÁSICO DE
ITALIANO

APESP



Professora Rosangela Andrioli

INSCRIÇÕES
ATÉ O DIA 30/4

PELO TELEFONE
(11) 3293-0800
ou pelo e-mail
fbonifacio@apesp.org.br.

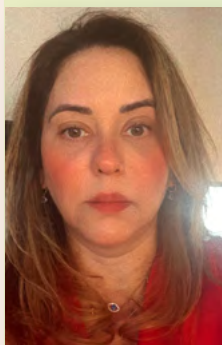
JE PARLE FRANÇAIS

BONJOUR
ÇA VA

CURSO
BÁSICO DE
FRANÇAIS

APESP

Depoimentos dos alunos



"Eu me matriculei nos cursos de línguas fornecidos pela APESP sem grandes pretensões, e me surpreendi demais. Além da qualidade técnica indiscutível, o carinho e dedicação dos professores é um diferencial. Recomendo a todos."

Patricia Lourenço Dias Ferro Cabello, Procuradora do Estado classificada na PR de Bauru. Curso: italiano.



"Há tempos que desejava estudar francês e este curso chegou em momento muito oportuno. Ele tem sido agradável e muito produtivo, superando as minhas expectativas. A professora é ótima e o grupo é fantástico."

Altieri Rios, Procurador do Estado aposentado. Curso: francês.



"As aulas de inglês foram uma das melhores atividades durante a pandemia: melhor professora que já tive, contato com os colegas e treino para as próximas viagens. Faço três cursos de tanto que gosto. Torcendo para continuar sempre! A Associação está de parabéns!"

Vera Mascarenhas Pires de Melo, Procuradora do Estado aposentada. Cursos: inglês Pré intermediário, Intermediário e Action.



"Os cursos de idiomas da APESP representaram o incentivo de que eu precisava para aprender novas línguas estrangeiras e voltar a praticar o inglês. Foi uma grata surpresa, porque as professoras são excelentes e o ambiente das aulas é bem descontraído. Além disso, tive a oportunidade de conhecer pessoas novas e de reencontrar amigos queridos da PGE"

Georgia Tolaine Massetto Trevisan. Procuradora do Estado aposentada. Cursos: inglês, francês, espanhol e italiano.

SERVIÇO

As aulas são realizadas pela plataforma Zoom e o investimento é de R\$ 100,00 ao mês por aluno inscrito. Os interessados podem se inscrever pelo telefone (11) 3293-0800, com a funcionária Fernanda ou pelo e-mail fbonifacio@apesp.org.br.

APESP lança o Projeto “Espaço de Escuta” para cuidar do bem-estar e da saúde mental dos seus associados

No mês de setembro, a APESP, sempre pensando na saúde mental e no bem-estar de seus associados, lançou o projeto “Espaço de Escuta”, que é mediado pelo Dr. Otávio D’Elia, Procurador do Estado aposentado e Psicanalista. O tema do 1º encontro foi “Ressonâncias da Pandemia: encontros, desencontros e narrativas possíveis” (maiores detalhes abaixo).

Sobre o projeto

O projeto foi criado a partir de uma longa experiência na escuta de pessoas e grupos em várias situações de conflitos e dificuldades, tendo como objetivo promover uma conversação em que aquele que fala possa ser ouvido de maneira empática pela figura do facilitador.

PROJETO ESPAÇO DE ESCUTA
Conversas, com muita empatia, para ajudar a enfrentar as dificuldades do dia a dia
Encontros quinzenais, às terças-feiras

Mediação:
Dr. Otávio D'Elia

Maiores informações pelo telefone: (11) 3293-0800

Quando temos um problema de qualquer ordem em nossas vidas – sentimental, profissional, de saúde –, temos necessidade de conversar sobre essa situação que nos causa angústia e muito desconforto.

A fala muitas vezes constitui uma forma de desabafo – o que chamamos de “pôr para fora algo incômodo” –, mas também pode promover uma elaboração da questão que estamos abordando e trazer alívio para quem se expressa e encontra um interlocutor atento e interessado.

Contudo, não é sempre que encontramos pessoas dispostas a nos ouvir com atenção e paciência: muitas vezes nossos interlocutores estão mais preocupados em nos dar conselhos sem ao menos entender nossas questões ou não raro acabam por não escutar a narrativa das nossas dores e nos sentimos piores do que antes de começar a falar. É quando dizemos, desolados: “Ninguém me entende!”

Para lidar melhor e de modo mais adequado com essas situações, o projeto “Espaço de Escuta” oferece a oportunidade de uma conversa em que a escuta se dá de maneira empática, ou seja, quem ouve está atento e interessado na fala do outro.

SOCIAL E CULTURAL

Série “Bar em Casa” reuniu os associados em deliciosos *happy hours* virtuais

Em maio, a APESP deu início à série de workshops “Bar em Casa”, com o mixologista do restaurante Ritz – SP, Gabriel Bressane, que ensinou a reprodução dos mais famosos coquetéis e também contou um pouco sobre a história da coquetelaria.

Nos cinco episódios mensais – sendo dois especiais de “Dia dos Namorados” e “Dia dos Pais” –, Bressane explicou o passo a passo para fazer *Punchs*, *Whisky Sour*, *Mojitos*, *Clover Club*, *Paraty*, *Hibiscus Fizz*, *Old Fashioned*, *Dry Martini*, *Daiquiri*, *Clericot*, *Caipirinha*, *Basil Smash*, *Bloody Mary*, *Margarita* e *Negroni*.

“Com a continuidade da pandemia, foi necessário inovar. Os episódios foram muito divertidos e nos reuniram mesmo que à distância. Quero deixar um agradecimento muito especial ao Gabriel, que com muito conhecimento e carinho nos ensinou como

Formato

Os encontros acontecem através das plataformas disponíveis com um mínimo de dez e um máximo de quinze pessoas, em um período de uma hora e meia, adotando-se os cuidados necessários para assegurar a privacidade e o sigilo das conversas do grupo.

É importante esclarecer que não se trata de terapia individual ou de grupo mas de um convite para construir conversas significativas em um momento em que as relações presenciais são cada vez mais raras e que os diálogos se tornaram superficiais e com pouca qualidade vivencial.

SERVIÇO

- As reuniões são quinzenais (terças-feiras), das 10h30 às 12h, de maneira semipresencial, por meio da plataforma Zoom e, quando possível, presencial;
- Os interessados podem se inscrever pelo telefone (11) 3293-0800, com a funcionária Fernanda ou pelo e-mail fbonifacio@apesp.org.br.



Gabriel Bressane
Rosely Pastore

deixar nossos *happy hours* mais especiais”, destaca Rosely Pastore, Diretora Social e Cultural da APESP, que apresentou o evento e reproduziu os coquetéis.

Para assistir aos episódios na playlist do workshop no canal APESPTV, acesse pelo link <https://bit.ly/PlayListBarEmCasa> ou pelo QRCODE ao lado.



Com aulas inaugurais dos Ministros Barroso e Lewandowski, ESNAP e USP lançam curso de extensão em Direito Público

Na primeira semana de agosto, mês do Advogado, foi lançado o curso de extensão Universitária, modalidade especialização, na área de Direito Público – uma parceria inédita entre a Escola Nacional da Advocacia Pública da ANAPE (ESNAP) e a Faculdade de Direito da USP (FADUSP).

Os destaques foram as aulas inaugurais do curso Direito Público, proferida pelo Ministro Roberto Barroso, em 3/8, e da disciplina Teoria Geral do Estado, ministrada pelo Ministro Ricardo Lewandowski, em 5/8 (leia mais na página 17).

“Esse curso visa proporcionar o debate e o estudo dos problemas enfrentados pela Advocacia Pública, de modo a possibilitar o aprimoramento e a troca de experiências efetivas em todo o território nacional”, destacou Patricia Ulson Pizarro Werner, Diretora da ESNAP e de Previdência e Convênios da APESP.

Werner registrou ainda que o projeto só foi viabilizado pela dedicação de todos aqueles que planejaram por quase dois anos o curso, enfrentando todas as dificuldades geradas pela pandemia da COVID-19.

O presidente da ANAPE, Vicente Braga, agradeceu a presença dos Ministros Barroso e Lewandowski nas aulas inaugurais “da tão sonhada Escola Nacional da Advocacia Pública. Os ministros trouxeram perguntas e indagações que com certeza serão debatidas ao longo do semestre e do nosso curso”.

A professora da Faculdade de Direito da USP, Maria Paula Dallari Bucci, salientou ter as melhores expectativas com o curso. “A Advocacia Pública tem um papel tão fundamental para a estruturação do Estado e a realização das políticas públicas, merecendo todo o espaço e condição de fazer este tipo de reflexão sobre a sua carreira”.



“Perspectivas atuais da Teoria da Constituição”

O Ministro do STF e Presidente do TSE, Roberto Barroso, discorreu em sua aula inaugural do curso Direito Público sobre a evolução da Teoria da Constituição, destacando a importância das Cortes Constitucionais na função de árbitros entre a Democracia e a Constituição.

“A característica do constitucionalismo democrático, presente na maior parte das democracias do mundo, apresenta como característica a existência de uma Suprema Corte ou de um tribunal constitucional, que tem como um de seus papéis arbitrar as tensões que existem entre o constitucionalismo e democracia; ou seja, entre o governo da maioria e a proteção da democracia e dos direitos fundamentais. Portanto, a existência de algum grau de tensão entre uma corte constitucional e os poderes majoritários não só é inevitável como é inerente às democracias”, ponderou Barroso.





“Reflexões sobre o conceito de Estado Contemporâneo”

O Ministro do STF e professor titular do Departamento de Direito do Estado da USP, Ricardo Lewandowski, na aula inaugural da disciplina Teoria Geral do Estado, asseverou que os Procuradores do Estado e do DF sempre foram expoentes na Ciência Jurídica.

“Tenho uma especial admiração pela Advocacia Pública, seja ela da União, dos Estados, dos municípios, porque realmente são aqueles que estão na primeira linha de combate na defesa do Estado, sobretudo do Estado de Direito e do Estado Democrático de Direito”, afirmou.

Na sequência, Lewandowski abordou o conceito de Estado ao longo da história, lembrando que panorama atual é o resultado de mudanças recentes no mundo ocidental. “As senhoras e os senhores

estão defendendo valores que são recentíssimos, que ainda são passíveis de serem plasmados e, mais do que isso, precisam ser defendidos de forma acirrada, contundente, constante, permanente por todos aqueles que integram essa honrosa profissão de procuradores e defensores do Estado”, explicou.

Coordenação do curso e monitorias das disciplinas

Além da Coordenação da Dra. Patricia Werner, a PGE-SP está representada na monitoria das duas disciplinas do curso. Confira a relação:

Coordenação Geral

- Maria Paula Dallari Bucci, Professora Associada da FADUSP;
- Vicente Martins Prata Braga, Presidente das ANAPE.

Coordenação Executiva

- Patricia Ulson Pizarro Werner, Diretora da ESNAP.

Monitores da Disciplina Hermenêutica e Direito Constitucional (2º semestre de 2021)

- Christiane Mina Falsarella (PGE-SP);
- Marcos Nusdeo (PGE-SP);
- Bruno Maciel (PGE-SP);
- Daniel Viegas (PGE-AM);
- Luiz Henrique Sormani Barbugiani (PGE-PR).

Monitores da Disciplina "Teoria Geral do Estado" (2º semestre de 2021)

- Carlos José Teixeira de Toledo (PGE-SP);
- José Luiz Souza de Moraes (PGE-SP);
- Fernanda Vick Soares de Sena (USP);
- Matheus Silveira de Souza (USP);



SERVIÇO

Para saber mais sobre a ESNAP e o Curso de Direito público, acesse o link <https://www.esnap.org.br>.

Com excelentes trabalhos apresentados, prêmio PGE-SP 2020 laureou tese sobre a transação tributária

A possibilidade de a PGE-SP realizar transações de créditos de natureza tributária ou não tributária foi definida pela Lei nº 17.293, de 15/10/2020, disciplinada pela Resolução PGE-27, de 19/11/2020, e regulamentada pela Portaria SUBGCTF 20, de 4/12/2020.

Dados da Subprocuradoria do Contencioso Tributário-Fiscal, divulgados em sessão do Conselho da PGE-SP de 28/9, mostraram que até aquele momento já haviam sido arrecadados R\$ 91 milhões por meio da transação tributária.

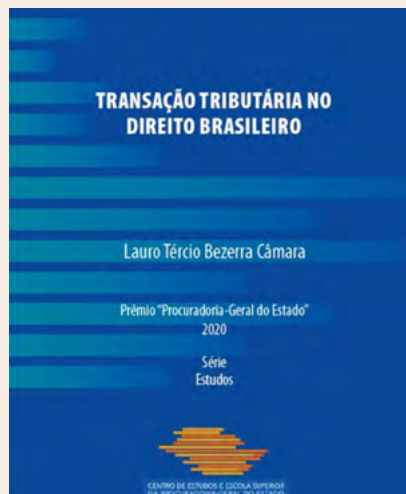
O tema é tão importante que, no último dia 28/9, em solenidade realizada na sessão do Conselho, o trabalho "Transação Tributária no Direito Brasileiro", de autoria do procurador do Estado, Lauro Tércio Bezerra Câmara, recebeu o Prêmio Procuradoria Geral do Estado – 2020.

"Esse trabalho foi fruto do mestrado em Direito Constitucional e Processual Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No estudo, levantamos a hipótese da subutilização da transação tributária no direito nacional, passando a descrever o potencial do instituto e comparar com a legislação então vigente. Para nossa felicidade, no decorrer da pesquisa, o tema foi 'revitalizado' pela MP do Contribuinte Legal, posteriormente convertida na Lei Federal nº 13.988/20. Esse movimento da União trouxe destaque ao tema nas discussões tributárias, no que foi acompanhado pelo Estado de São Paulo com a edição da Lei 17.293/2020", explicou Câmara na ocasião.

"Com o trabalho, esperamos fomentar a discussão em torno do instituto, cientes de que a transação não é a panaceia para a solução das lides tributárias no país, mas dentro do seu espaço de aplicação pode ter resultados relevantes na redução da litigiosidade", completou

A Conselheira Assessora da APESP, Mirna Cianci, que compôs a Comissão Julgadora do prêmio, juntamente com os Drs. Arnaldo Hossepian Junior e Regina Helena Costa, salienta que todos os trabalhos apresentados foram primorosos.

"Isso dificultou sobremaneira a escolha, demonstrando o alto nível científico que sempre permeia a atividade dos Procuradores do Estado, que nos brindaram com excelentes teses. Tenho a firme convicção de que, além do trabalho laureado, todos os demais devem ter grande divulgação, por sua qualidade e presteza à atividade rotineira da Procuradoria, merecendo idêntico destaque. Cumprimento em especial o Procurador do Estado Dr. Lauro Tércio Bezerra Câmara, vencedor do certame, pela excelente monografia, merecedora da vitória alcançada", frisa Cianci.



Momento da entrega do prêmio PGE-SP 2020 para Procurador Lauro Tércio (3º da 1ª coluna)

Congresso Nacional aprova alterações na Lei de Improbidade Administrativa

APESP repudia a aprovação da proposta que é um retrocesso no combate à corrupção; nova legislação coibirá acordos de não persecução cível

Em 5/10, a Câmara dos Deputados concluiu a votação do PL 2505/21, que altera a Lei de Improbidade Administrativa, mantendo a exclusividade ao Ministério Público para propor ações de improbidade administrativa e retirando do ente público lesado o direito de buscar, por meio de seu órgão de Advocacia Pública, a reparação do dano e a punição dos atos.

O projeto havia sido aprovado no Senado Federal com alterações, em 29/9, e por essa razão voltou para apreciação dos Deputados Federais. A tramitação da proposta foi problemática desde o início. Após ficar paralisado por quase três anos, o PL foi retirado intempestivamente da Comissão Especial pelo Presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira (PP/AL), para votação direta no plenário em regime de urgência em 16/6.

Na ocasião, o Presidente da APESP e Diretor de Assuntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio Pieroni, registrou em nota publicada na mídia: "causa estranheza e perplexidade o dispositivo do projeto que concede exclusividade ao Ministério Público para propor ações de improbidade administrativa, retirando do ente público lesado, ou seja, da vítima do ato ilegal, o direito de buscar a reparação do dano e a punição dos atos ímprobos", destacou.

Mobilização

A APESP buscou reverter a retirada dessa prerrogativa da Advocacia Pública na Câmara dos Deputados e no Senado Federal:

- ▶ Em 16/6, Pieroni acompanhou *in loco* a votação do projeto, mantendo uma reunião com o Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), cujo partido apresentou o destaque proposto pela ANAPE;
- ▶ Em 5/8, o Presidente da APESP e Diretor de As-

suntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio Pieroni, e o 1º Vice-presidente da ANAPE, Ivan Luduvic, reuniram-se com o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o ex-Presidente do Senado e atual Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre (DEM-AP) e o Senador Antônio Anastasia (PSDB-MG) para tratar da propositura;



Com o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, e os Senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Antônio Anastasia

- ▶ Nos dias 14 e 15/9, Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, e o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes, estiveram com os Senadores Weverton (PDT-MA) e Marcos Rogério (DEM-RO);



Com o Senador Weverton, relator do PL na CCJ do Senado



Com o Senador Marcos Rogério

- Em 22/9, esteve presente na reunião da CCJ do Senado, na qual o Senador Weverton (PDT-MA) apresentou o relatório do PL nº 2505/2021. Na mobilização, o Presidente da APESP manteve encontros com os Senadores Weverton (PDT-MA), Alvaro Dias (PODEMOS-PR), Esperidião Amin (PP-SC) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Após celebração de acordo, PGE-SP recupera patrimônio público desviado por servidora pública

Em 18/6, foi publicada a homologação do primeiro Acordo de Não Persecução Cível celebrado por iniciativa da PGE-SP. Por meio do ajuste, foi possível a resolução de forma célere, segura e efetiva do mérito de Ação de Improbidade Administrativa ajuizada pelo Estado de São Paulo em face de ex-servidora pública estadual acusada de enriquecimento ilícito.

O instrumento privilegia a solução consensual no âmbito da defesa da probidade administrativa, conferindo maior rapidez e eficácia na busca do ressarcimento ao erário e da aplicação das demais sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa, tais como a multa civil, a suspensão dos direitos políticos e a perda da função pública do agente infrator, que reconhece o ilícito.

O ente público estadual, enquanto pessoa jurídica lesada, é um dos maiores interessados na resolução desses conflitos e possui mais condições de avaliar a situação, pois se trata de servidor do Estado.

Com a abertura deste precedente no Estado de São Paulo, criou-se a expectativa de que novos acordos pudesse ser celebrados, reforçando-se a im-



Com o Senador Alvaro Dias



Com o Senador Esperidião Amin



Com o Senador Antonio Anastasia

portância da Advocacia Pública em prol da defesa da probidade administrativa e do combate à corrupção.

No entanto, a aprovação das alterações LIA coibirá tais acordos, pois retira do ente público lesado, ou seja, da vítima do ato ilegal, o direito de buscar a reparação do dano e a punição dos atos ímprobos.

Regulamentação

O acordo de não persecução cível passou a ter previsão expressa com a promulgação do chamado "Pacote Anticrime", que autorizou a adoção do instrumento para solução de demandas desta natureza.

No âmbito da PGE-SP, após devido estudo, o tema foi regulamentado internamente pela Resolução PGE-SP nº 20/2020, fornecendo critérios e segurança jurídica para a celebração do ajuste.

Plano de Saúde da APESP é um sucesso; adesões ultrapassam 630 vidas!

Lançado no último mês de abril, o PLANO DE SAÚDE DA APESP - um serviço exclusivo para os associados operacionalizado pela Seguros Unimed - obteve nesses seis meses de existência um grande êxito, com a adesão de mais de 630 vidas.

Para a Diretora de Previdência e Convênios da APESP, Patricia Werner, a excelente aceitação do plano deve-se "à transparência da gestão, com foco no monitoramento da sinistralidade e dos índices de reajuste, a administração direta pela APESP com a seguradora e a qualidade de uma das melhores operadoras do país segundo a cotação da ANS: a Seguros Unimed", explica.

A Seguros Unimed possui uma ampla capilaridade, com 116 mil médicos, 2372 hospitais credenciados e 126 próprios. Além disso liderou, em 2020, o ranking ao atingir os índices de desempenho da saúde suplementar (IDSS), na frente da Bradesco Seguros.

Reembolso

Todas as categorias de planos oferecidas contemplam reembolsos para os procedimentos médicos (consultas, exames, internações e honorários médicos), conforme tabela da Seguros Unimed.

Descontos Farmácia

O PLANO DE SAÚDE DA APESP oferece descontos exclusivos nas Rede Drogaria São Paulo, Rede RaiaDrogasil, Farmácias Unimed e Drogarias Pacheco.

Não perca a oportunidade de usufruir das vantagens exclusivas do novo plano:

- Contratação direta com a Associação;
- Transparência dos dados e monitoramento pela Associação, sem intermediários;
- Sem carência (exceto CPT);
- Cobertura em todo o país;
- Sem taxa de inscrição;

- Possibilidade de incluir filhos de até 39 anos como dependentes;
- Direito à remissão no caso de falecimento do titular;
- Reajuste pelo índice da ANS;
- Controle da taxa de sinistralidade pela APESP em prol do associado.

Para aderir, basta enviar uma mensagem para o e-mail convenios@apesp.org.br ou whatsapp (11-94995-0692) manifestando seu interesse que nossos funcionários entrarão em contato.

** Cobertura Parcial Temporária: restrição na cobertura do plano, que pode ser imputada pela operadora no caso de doença ou lesão preexistente.*

Design

Para uma melhor comunicação dos associados que aderiram ao PLANO DE SAÚDE DA APESP, foi desenvolvida uma identidade visual própria para envio das principais informações sobre esse serviço.



SERVIÇO

Vendas e gestão do PLANO DE SAÚDE DA APESP são exclusivas da Associação - sem intermediários. As vendas e a gestão do PLANO DE SAÚDE DA APESP são realizadas EXCLUSIVAMENTE pela Associação, por meio de seus funcionários. Nenhuma consultoria está autorizada a realizar contatos com os associados. Ademais, a APESP jamais fornece os dados dos associados para terceiros.

APESP homenageia Presidentes com inauguração de uma galeria de fotos em sua sede administrativa



Galeria de fotos dos Presidentes da APESP em sua sede administrativa na região central de São Paulo.

A APESP inaugurou em 6/10 a galeria de Presidentes em sua sede administrativa, com a presença de 9 homenageados (7 presentes e 2 *in memoriam*, representados por familiares). Foi o primeiro evento presencial da Associação após a declaração de pandemia em março de 2020.

"É um momento de muita alegria da nossa Diretoria. Por duas razões principais: em primeiro lugar, por podermos nos reunir e rever os colegas com saúde após 1 ano e 8 meses; em segundo, por ser um momento de agradecer aos Presidentes pelo muito que fizeram por nossa Associação

– uma entidade construída ao longo de 73 anos", destacou Fabrizio Pieroni, Presidente da APESP.

Os homenageados receberam uma placa e, em primeira mão, o Diagnóstico da PGE-SP, elaborado pela APESP. "Se hoje temos a maior Associação de Procuradores do Estado, com filiação de 96% da categoria, uma rica história e um grande patrimônio, devemos isso a vocês. Esse diagnóstico mostra que a nossa APESP é muito bem avaliada pelos associados. Tenho ciência de que isso não é apenas em razão da minha gestão, mas sim do trabalho de todos nós. A carreira confia na APESP", continuou Pieroni.



Fabrizio Pieroni discursa na solenidade de inauguração



Homenageados presentes à solenidade de inauguração

Receberam a homenagem durante o evento os Presidentes:

- Amílcar Aquino Navarro (biênio 1996/1998);
- Caio Cesar Guzzardi da Silva (biênio 2014/2015);
- Clério Rodrigues da Costa (biênio 1992/1994);
- Fábio Carlos Lorenzi (biênio 1994/1996) (*in memorian*), representado pela viúva Silvia Lorenzi e pela filha Patricia Lorenzi (Procuradora do Estado aposentada);
- Francisco Falleiros (biênio 1964/1965) (*in memorian*), representado pela neta Ana Claudia e pela bisneta Maria Cecília;
- José Damião de Lima Trindade (biênios 2002/2004 – 2004/2006);
- Marcia Maria Barreta Fernandes Semer (biênios 2010/2012 – 2012/2013);
- Nelson Lopes de Oliveira Ferreira Júnior (biênios 1998/2000 – 2000/2002);
- Vitorino Francisco Antunes Neto (biênio 1988/1990).
O destaque foi a presença dos familiares dos

ex-Presidentes Fábio Carlos Lorenzi (viúva e filha) e Francisco Falleiros (neta e bisneta) para receber a homenagem *in memorian*.

Também prestigiaram o evento a Procuradora Geral do Estado, Lia Porto; a Procuradora do Estado Assessora, Camila Kühn Pintarelli; o Presidente da ANAPE, Vicente Braga; a Presidente da APEMINAS, Célia Cunha Mello; e o Presidente da APEP, Fernando Alcântara Castelo.

Além de Pieroni, representaram a APESP: Monica Petri Farsky, Diretora Financeira; José Luiz Souza de Moraes, Secretário Geral; Monica Zingaro, Vice-presidente; Marialice Gonçalves, Diretora de Comunicação; Rosely Pastore, Diretora Social e Cultural; Patricia Ulson Pizarro Werner, Diretora de Previdência e Convênios; Bruna Alvarez, Diretora de Esportes e Patrimônio; Amílcar Navarro, Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais (um dos homenageados); Maria Regina Fava Focaccia, Conselheira Assessora; e Eduardo Bordini Novato, Conselheiro Fiscal.



A viúva Silvia e a filha Patricia (Procuradora do Estado aposentada) do ex-Presidente Fábio Lorenzi



A neta Ana Claudia e a bisneta Maria Cecília do ex-Presidente Francisco Falleiros



Diretoria da APESP: 1º evento presencial depois da pandemia



Homenageados, com Diretores da APESP e ANAPE



Participantes do evento de inauguração da galeria



Homenagem da ANAPE ao colega Eurico Leite Filho

O Presidente da ANAPE, Vicente Braga, e o Diretor de Assuntos Legislativos, Fabrizio Pieroni, homenagearam também o advogado e ex-Procurador do Estado pelo trabalho em contribuição à Advocacia Pública. Eurico Souza Leite Filho, que integrou a PGE-SP entre 1990 e 2004, foi Tesoureiro da APESP e Vice-presidente da ANAPE.



Galeria dos Presidentes da APESP também em versão digital.

Aponte a câmera do celular para o
QR CODE ao lado e acesse um álbum
completo de fotos do evento de
inauguração da Galeria dos Presidentes



Aponte a câmera do celular para o QR CODE
acima e acesse a galeria publicada no site
www.apesp.org.br, com as fotos e os currículos
dos 29 ex-Presidentes da APESP.



Em uma iniciativa pioneira, APESP lança o primeiro Diagnóstico PGE-SP

Em 7/10, durante a reunião do Conselho Deliberativo da ANAPE, que foi realizada em São Paulo (Espaço APESP), o Presidente da Associação, Fabrizio Pieroni, lançou o primeiro “Diagnóstico PGE-SP”, que traça um mapeamento da carreira de Procurador do Estado de São Paulo. A pesquisa alcançou 640 respostas, coletadas entre 1º e 21 de março, de um total de 1444 associados aptos (44,3%).

“Com esse estudo pudemos conhecer a realidade dos nossos associados em termos de perfil demográfico, formação acadêmica e a relação que os associados têm com a PGE-SP e com a própria entidade de classe. Será, certamente, um importante instrumento para implementar as mudanças necessárias para o crescimento da Instituição”, frisou Pieroni.



Presidente da APESP entrega o Diagnóstico para o Presidente da ANAPE



O Diagnóstico já havia sido distribuído no evento de inauguração da galeria de Presidentes, que foi realizado em 6/10, na sede administrativa da APESP. A Procuradora Geral, Lia Porto, foi uma das associadas que recebeu a publicação em primeira mão. Aponte a câmera do celular para o QR CODE ao lado e acesse o Diagnóstico da PGE-SP.



Reunião do Conselho Deliberativo da ANAPE

O Presidente da ANAPE, Vicente Braga, deu início à reunião agradecendo à Diretoria da APESP pela recepção aos representantes das entidades que participaram do encontro e anunciando a confirmação da presença de Michel Temer no Congresso Nacional de Procuradores, que foi realizado em Brasília, entre os dias 22 e 25 de novembro. “Estivemos com o Presidente Michel Temer, que aceitou nosso convite para fazer a conferência de encerramento do nosso evento”, comentou Braga.

Na sequência, a 2ª Vice-Presidente da ANAPE, Cristiane Santana Guimarães, a Diretora do

Centro de Estudos, Ana Paula Guadalupe Rocha, e a Diretora da Escola Nacional de Advocacia Pública Estadual e de Previdência e Convênios da APESP, Patrícia Werner, trouxeram maiores informações sobre a organização do Congresso Nacional.

Werner adiantou que foram submetidas 32 teses ao Congresso. “Essa quantidade foi um sucesso em razão do tempo exíguo para o envio. Vamos analisá-las, mas já foi possível perceber que há um número expressivo de trabalhos sobre direito tributário”, explicou.



Diretores da ANAPE e das associações estaduais de Procuradores

O Presidente da APESP e Diretor para Assuntos Legislativos da ANAPE, Fabrizio Pieroni, agradeceu a presença de todos e detalhou as atividades legislativas da entidade nacional relativas à Reforma Administrativa (PEC 32/2020), à alteração da Lei da Improbidade e ao PL do extra teto.

"Lutamos até o fim para garantir a nossa legitimidade no PL que alterou a LIA, que foi aprovado no Senado e teve a conclusão da votação na Câmara, mas não foi possível vencer um jogo que já estava definido pelo Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira", esclareceu Pieroni.

Com relação à PEC 32, afirmou que não é possível saber quando a proposta será apreciada em plenário. "Na Comissão Especial, o Governo teve muita dificuldade para aprovar o relatório. Tendo isso em vista, vamos trabalhar pela rejeição total da emenda", concluiu.

Além de Pieroni e Werner, representaram a APESP: Monica Petri Farsky, Diretora Financeira; José Luiz Souza de Moraes,

Secretário Geral; Monica Zingaro, Vice-presidente; Rosely Pastore, Diretora Social e Cultural; Amílcar Navarro, Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais; e Eduardo Bordini Novato, Conselheiro Fiscal. A Procuradora do Estado de São Paulo, Diana Loureiro Paiva de Castro, que é Vice-presidente Regional do Sudeste da ANAPE, também esteve presente à reunião.

Procuradora Geral recebe dirigentes da APESP e ANAPE

Logo após a reunião do Conselho Deliberativo, os representantes da APESP e ANAPE mantiveram uma audiência com a Procuradora Geral, Lia Porto, para tratar de temas de interesse dos Procuradores dos Estados e do DF. Dentre os assuntos abordados, estiveram a participação da PGE-SP no Congresso Nacional de Procuradores e a necessidade de nomeação de todos os remanescentes do concurso de ingresso.

Participaram do encontro: o Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, a Diretora Financeira da APESP, Monica Petri Farsky, o Presidente da ANAPE, Vicente Braga, o Vice-presidente Ivan Luduvic, e a Procuradora do Estado Assessora, Camila Kühn Pintarelli.



Biênio 2020/2021 – Administração das finanças da APESP visou segurança e garantia de serviços aos associados

O biênio de 2020/2021 foi marcado, desde o começo, por uma pandemia inédita no mundo todo. Com início em março de 2020, à APESP foi possível realizar apenas um evento social presencial, a festa de posse da Diretoria, ocorrida em 6 de março. Após esse encontro, infelizmente, surgiram as restrições que impediram as intensas comemorações que sempre caracterizaram o caráter social da APESP.

Se, por um lado, o lock down impossibilitou a realização de eventos presenciais, o que gerou uma “economia” de pouco menos de 20% das despesas totais da APESP, por outro a pandemia motivou a perda de receitas da ordem de 15%. Isso, porque, no período, foram cancelados todos os eventos e festas já contratados por terceiros no Espaço APESP, sede social localizada em Moema. A perda de receita advinda da locação de um conjunto de salas de propriedade da associação localizadas em anexo à sede administrativa, no Centro de São Paulo, também foi outro fator que agravou esse quadro.

Como se não bastasse, fomos surpreendidos e obrigados a realizar despesas extraordinárias, como a troca da manta asfáltica de impermeabilização, que causava infiltrações no edifício, além da realização de obras acústicas, tudo na sede social, gastos estes imprescindíveis para a concessão de alvará de funcionamento do Espaço. Juntas, as obras custaram cerca de 300 mil reais.

Para enfrentar a perda de receitas e as novas despesas, a Diretoria da APESP tomou diversas atitudes, algumas bem difíceis, com a demissão de 3 funcionários, dois deles com mais de 20 anos de serviços prestados à APESP. “A Associação assumiu todos os encargos sociais e trabalhistas, sem as contrapartidas”, afirmou Monica Petri Farsky, Diretora Financeira da Apesp. Além disso, contratos foram revistos, como o de segurança presencial e manutenção de elevadores do Espaço APESP, o que gerou economia de mais de 10 mil reais por mês.

Ainda foram realizados investimentos na mo-

dernização do sistema de cobrança e controle das mensalidades e demais contribuições dos associados (como dos cursos de línguas, participação em eventos, entre outros), tornando-o integralmente informatizado, com segurança e eficiência.

A criação do Plano de Saúde da APESP, que hoje já conta com mais de 630 vidas, demandou investimentos e a criação de um fundo para a garantia e cobertura de eventuais sinistros. Por outro lado, a médio prazo, o pro labore recebido pela APESP constituirá em mais uma excelente fonte de receitas.

“Reduzimos também os gastos relativos aos prestadores de serviços durante a pandemia, para fazer frente aos gastos extras, além de adequarmos nossas sedes às regras sanitárias”, afirma Monica Petri Farsky. Mesmo assim, os valores das mensalidades foram mantidos, ainda que haja forte pressão inflacionária. Segundo Monica, “numa época de exceção, em que nos reinventamos, superamos as dificuldades e agimos com coragem!”

Além da criação do Plano de Saúde da APESP, a ampliação de novos cursos de idiomas (espanhol, italiano e francês, e também de novas modalidades de cursos de inglês) e a criação de uma ampla rede de convênios trouxeram os associados para mais perto da associação, usufruindo serviços inovadores até então inexistentes.

Segundo a Diretora Financeira Monica Petri Farsky, “sem perder a qualidade de serviços oferecidos aos associados, pudemos realizar uma gestão moderna, não centralizadora e eficiente, voltada especialmente a trazer o maior número possível de benefícios a um maior número de associados”.

Espera-se, para o futuro, que com as sedes adequadas às normas sanitárias, dotadas de segurança, além da revisão de contratos, possa-se oferecer mais eventos esportivos e sociais que tanto os nossos associados merecem, e torcemos todos para que esse vírus seja controlado para sair da vida e ficar na história. Que venham os encontros!

Delegação de SP tem intensa participação no Congresso Nacional de Procuradores

Com cerca de 40 participantes, a delegação paulista no Congresso Nacional de Procuradores dos Estados e do DF, que foi realizado na semana entre os dias 22 e 25 de novembro, em Brasília, teve uma destacada atuação com palestrantes, tesistas, presidentes de mesa e relatores. A maioria do grupo foi ao evento com apoio da APESP.



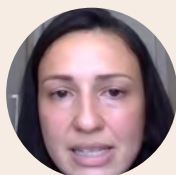
Parte da delegação paulista presente no CNPE em Brasília

Nesse CNPE, que voltou ao formato presencial e contou com mais de 400 participantes, a Associação foi representada por Fabrizio Pieroni, Presidente; Monica Zingaro, Vice-presidente; Monica Petri Farsky, Diretora Financeira; José Luiz Souza de Moraes, Secretário Geral; Rosely Pastore, Diretora Social e Cultural; Amilcar Navarro, Diretor de Assuntos Legislativos e Institucionais; Patricia Werner, Diretora de Previdência e Convênios e membro da Comissão Organizadora do CNPE; e Eduardo Novato, Conselheiro Fiscal.

Teses aprovadas

Na parte científica do Congresso, cuja comissão foi presidida pela Diretora da APESP e da ESNAPE, Patrícia Werner, os Procuradores do Estado de São Paulo tiveram as cinco teses apresentadas aprovadas, sendo duas com louvor. Conheça a relação:

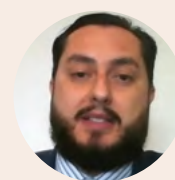
- **DO CUMPRIMENTO NEGOCIADO DE DECISÕES JUDICIAIS PELA FAZENDA PÚBLICA NA ÁREA DA SAÚDE.** Autora: Zillá Oliva Roma. Resultado: aprovada com louvor;



- **RECURSO EXTRAORDINÁRIO - INDICAÇÃO INTEMPESTIVA DE CONDUTOR EM JUÍZO.** Autor: Rafael Politi Esposito Gomes. Resultado: Aprovada com louvor;



- **HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM DEMANDAS DE SAÚDE: ANÁLISE NOS PEDIDOS JUDICIAIS PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO INCORPORADOS AO SUS.** Autor: Felipe Sordi Macedo. Resultado: aprovada;
- **A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM TEMPOS DE PANDEMIA E O PAPEL PREVENTIVO E PROATIVO DA ADVOCACIA PÚBLICA.** Autor: Artur Barbosa da Silveira. Resultado: aprovada;
- **A PROTEÇÃO DA MATERNIDADE E DA INFÂNCIA COMO DIREITO FUNDAMENTAL SOCIAL E O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PERICULOSA POR EMPREGADAS GRÁVIDAS E/OU LACTANTES.** Autora: Amanda Bezerra de Almeida. Resultado: aprovada.



Presidentes de Mesa e Relatores

Os Procuradores do Estado de São Paulo, Marcus Vinicius e Lucas Soares Oliveira, atuaram como relatores de três teses apresentadas. Os presidentes de mesa foram Carlos Toledo, Conselheiro Assessor da APESP; José Luiz Souza de Moraes, Secretário Geral da APESP e Monica Petri Farsky, Diretora Financeira da APESP. Acesse aqui a íntegra das teses aprovadas: <https://cutt.ly/iT5oyTw>

Palestrantes

O painel “Efetividade na tutela do direito à Saúde”, teve as palestras dos colegas Camila Pintarelli (“Pandemia e aprendizado institucional: a experiência da PGE/SP”) e José Luiz Souza de Moraes (“O Federalismo na proteção do direito fundamental à Saúde. As lições da pandemia”).

No painel “Processo e Direitos Fundamentais”, foi a vez da Procuradora de SP, Rita Quartieri, fazer uma exposição sobre o “princípio da duração razoável do processo e o STJ”.



Homenagem da ANAPE ao colega Amilcar Navarro

Durante a cerimônia de encerramento do Congresso, o Diretor e ex-Presidente da APESP, Amilcar Aquino Navarro, foi homenageado “por sua valorosa doação, enriquecimento e préstimos durante o período à frente da presidência da ANAPE”. Navarro foi único Procurador do Estado de São Paulo a presidir a ANAPE, ocupando o cargo por dois mandatos.

Encerramento com o ex-Presidente da República Michel Temer

O ex-Presidente da República e associado da APESP, Michel Temer, foi o convidado para proferir a palestra de encerramento do Congresso Nacional de Procuradores, que tratou da crise de representatividade e o descompasso entre a atuação do parlamento e a demanda da população.

Ademais, Temer registrou a importância dos Advogados Públicos na defesa do Estado e no controle da legalidade. “(Hoje) estou retornando há 51 anos, quando ingressei na PGE-SP com imensa alegria. Foi uma realização extraordinária. O ápice da minha carreira. Depois, eu pude caminhar um pouco mais”.



Pieron, Moraes e Navarro com o ex-Presidente da República, Michel Temer, na conferência de encerramento do Congresso

Chapa “APESP em Ação: União que transforma” é eleita com 95,28% dos votos!

Com um quórum de 339 associados votantes, os candidatos aos cargos diretivos da Associação pela chapa única “APESP em Ação: União que transforma” foram eleitos em 18/11 com 323 votos (95,28%) para dirigir a entidade no biênio 2022/2023. Foram 4 votos em branco e 12 nulos. “Agradecemos muito o apoio e a confiança dos Procuradores do Estado de São Paulo. Vamos continuar trabalhando com muito afinco pela carreira e pelo fortalecimento da PGE-SP”, destaca Fabrizio Pieroni, Presidente reeleito da APESP.

Conheça a nova composição:



Diretoria

Presidente – FABRIZIO DE LIMA PIERONI

Vice-Presidente – MARA CHRISTINA FAIWICHOW ESTEFAM

Secretário Geral – JOSÉ LUIZ SOUZA DE MORAES

Diretora Financeira – MONICA MARIA PETRI FARSKY

Diretora Social e Cultural – ROSELY SUCENA PASTORE

Diretora de Previdência e Convênios – PATRICIA ULSON PIZARRO WERNER

Diretora de Esportes e Patrimônio – BRUNA HELENA ALVAREZ DE FARIA E OLIVEIRA

Diretora de Comunicação – MARIALICE DIAS GONÇALVES

Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais – ANA CLARA QUINTAS DAVID

Diretora de Prerrogativas – ROBERTA CALLIJÃO BOARETO

Diretora do Interior e demais Unidades fora da Capital – MARIA CECÍLIA CLARO SILVA

Conselho Assessor

AMILCAR AQUINO NAVARRO (292 votos)

CINTIA ORÉFICE (284 votos)

YARA DE CAMPOS ESCUDERO PAIVA (295 votos)

Conselho Fiscal

EDUARDO BORDINI NOVATO (290 votos)

PEDRO HENRIQUE LACERDA BARBOSA LADEIA (281 votos)

VANDERLEI FERREIRA DE LIMA (277 votos)



Aponte a câmera do celular para o QR CODE ao lado e acesse um álbum completo de fotos das eleições na sede da APESP

Cem edições do Jornal da APESP e vinte anos de Cris. Uma homenagem necessária.

Quando uma pessoa é convidada a trabalhar em algum lugar, ela costuma começar de forma a mostrar o que tem de melhor. Se tiver talento, vontade e inteligência, poderá ir longe. No caso da APESP, para trabalhar aqui é necessário um componente a mais: ter empatia e saber lidar com pessoas de diferentes matizes, pois não raros são os conflitos, naturais entre qualquer instituição, quiçá se for jurídica, em que o conflito subjaz de todas as relações.

Cristiano Tsonis, conhecido por todos como “Cris”, completou vinte anos de Procuradoria do Estado de São Paulo, entre SINDIPROESP e APESP, no último mês de junho. No primeiro, atuou



Marcelo de Aquino – Diretor de Comunicação da APESP entre 2016 e 2017

durante 5 anos, simplesmente começando na linha de frente: cobrindo o “Dia de Paralisação pela Valorização da Advocacia Pública da PGE”, em plena Praça João Mendes. “Vinte anos não são vinte dias”, disse o Procurador do Estado Marcelo de Aquino, Diretor de Comunicação do SINDIPROESP à época, que veio a atuar também nessa função na APESP, entre 2016 e 2017. “Inteligente, honesto, atencioso e extremamente competente: essas são algumas virtudes do jornalista Cristiano Tsonis, ou simplesmente Cris, com quem tive imensa honra de trabalhar quando fui Diretor de Comunicação do SINDIPROESP e depois da APESP! É um profissional exemplar e um ser humano muito generoso”.

Foi Aquino quem indicou o Cris para a APESP, quando o Procurador do Estado Marcos Fabio de Oliveira Nusdeo começou a presidi-la, em 2006. Nusdeo também tece elogios ao nosso querido Cris: “quando assumi a Presidência da APESP, em 2006, queria alterar a comunicação da APESP. O

serviço anterior era muito bom, mas eu tinha certeza de que poderia ser melhor. Apostei no Jornalista Cristiano que à época trabalhava para o SINDIPROESP. Começamos juntos e juntos implementamos novas formas de comunicação com os associados: APESP no Conselho, Informativo Jurídico, uma nova proposta para o Jornal. Hoje, passados mais de quinze anos, tenho a certeza de ter tomado a decisão certa e uma imensa alegria em ter seguido a trajetória dele; um grande profissional a serviço da APESP”, finalizou.

Quando o Cris completou vinte anos de PGE-SP, eu fiz uma brincadeira no grupo de comunicação: “Cris, você pode se tornar um Procurador por usucapião!”. Claro que foi um chiste, mas de certa forma, ao redigir um sem-número de sessões do Conselho, tenho plena certeza de que poucos Procuradores conhecem os meandros da carreira como o Cris. Aliás, foi no Conselho que nos conhecemos, em 2006, quando então, de lados opostos, escrevamos duas versões para as sessões do Conselho, uma pelo lado do Gabinete, outra pelo da APESP. Assim, os Procuradores, à época, tinham o privilégio de obter a informação de duas fontes que se complementavam. De certa forma, acho que já antevia que essa complementariedade de um dia daria certo.

Segundo José Luiz Souza de Moraes, Diretor de Comunicação da Apesp entre 2018 e 2019 “o Cris é ‘o mais Procurador dos não Procuradores’: com uma sensibilidade e conhecimento in-críveis sobre todos os assuntos que afetam a carreira, ele é capaz



Marcos Nusdeo, ex-Presidente da APESP



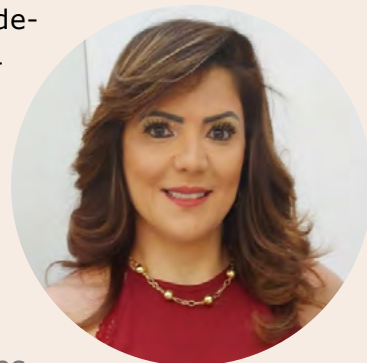
José Luiz Souza de Moraes – Diretor de Comunicação da APESP entre 2018 e 2019

de captar muito facilmente as nuances dos acontecimentos e rapidamente transmite as informações em uma linguagem acessível e, ao mesmo tempo, muito precisa”.

Concordo plenamente com o José Luiz. O Cris é nosso verdadeiro “patrimônio”. Moraes complementa: “todo esse conhecimento adquirido ao longo dos anos torna o trabalho com o Cris muito harmonioso, bastando algumas poucas trocas de ideias para que a matéria esteja pronta na velocidade que os textos jornalísticos exigem. Essas diversas qualidades do nosso Cris são velhas conhecidas de todos os Procuradores e também de muitos jornalistas da área jurídica e de muitas outras entidades de classe que veem nele sempre uma fonte confiável e um modelo de excelência de trabalho”.

Aliás, não foram raras as ocasiões em que o Cris foi sondado para trabalhar em outras instituições

e, com seu jeito tímido, e ao mesmo tempo firme, soube negar com educação. Educação de um lorde inglês, diga-se de passagem. A centésima edição desse Jornal da APESP teve sempre o trabalho do Cris em todas as edições anteriores, com sua iniciativa e texto limpo. Com ele, a comunicação da APESP deu um salto, o “pulo do gato” (aliás, ele convive com vários deles). Assim, o mínimo que poderíamos fazer é lhe render todas as homenagens. Parabéns, Cris! Você faz parte de nossa história, e que o futuro nos reserve muitas notícias boas!



Marialice Dias Gonçalves

PROCURADORA DO ESTADO DE SÃO PAULO E
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO DA APESP.



Jornalista Cris,
com sua esposa
Denise



Sua saúde em primeiro lugar

Maiores informações pelo whatsapp 11.9.4995.0602 ou email saudeapesp@apesp.org.br | FAQ <http://bit.ly/FAQpsa>